A Reforma Antônio Carneiro Leão no final dos anos de 1920

Cristina Araújo*

Resumo:

A Reforma Carneiro Leão da educação pernambucana, promulgada pelo governador Estácio Coimbra, em 1928, inscreve-se entre as ocorridas no Brasil, nos anos de 1920 e 1930, inspiradas na Escola Nova, respondendo a um clamor de modernização do país. Impunha-se republicanizar a República, mediante uma educação que atendesse às exigências de uma nova sociedade industrial e urbana, evoluindo para uma democracia social e econômica. Para Carneiro Leão, a educação tornaria o povo brasileiro uma força criadora, neutralizando a carga nociva e vergonhosa advinda de nossas raízes étnicas. Uma educação cívica e profissionalizante minimizaria essa herança danosa. A reforma, implantada por educadores paulistas, teve duração efêmera em razão dos fatos de 1930 e da queda do Governo Coimbra.

Palavras-chave:

educação; Pernambuco; Escola Nova; Reforma Carneiro Leão; 1920.

* Mestre em educação.

Antônio Carneiro Leão's Reform at the end of 1920's

Cristina Araújo

Abstract:

Carneiro Leão's Reform of the education in Pernambuco, promulgated by the State Governor Estácio Coimbra, in 1928, is among those taken place in Brazil, in the 1920s and 1930s, which were inspired by Escola Nova (New School) Movement. Such reforms were intended as an answer to the claims for the Country's modernization. It was a necessity to make the Republic look like one, by means of an education that could meet the demands of a new urban, industrial society, which was evolving into a social economic democracy. According to Carneiro Leão, education should turn the Brazilian people into a creative power, neutralizing the damaging and embarrassing burden generated from our ethnical roots. A professionalizing civic education would diminish such damaging heritage. The reform, put into practice by educators from São Paulo, was short-lived due to the happenings of the 1930s, as well as to the falling of Coimbra's administration.

Keywords:

Education; Pernambuco; Escola Nova; Carneiro Leão's Reform; 1920s.

A Reforma Carneiro Leão (Pernambuco, 1929), instituída pelo ato n. 1.239, de 27/12/1928, do governador de Pernambuco Estácio Coimbra, inscreve-se entre as reformas educacionais ocorridas no Brasil nos anos de 1920, início dos anos de 1930, inspiradas no ideário da Escola Nova. São Paulo antecipou-se, com a de Caetano de Campos, em 1892. Vale lembrar que Carneiro Leão, já nos anos de 1910, elogia as inovações introduzidas no Ensino Normal, no Rio de Janeiro e em São Paulo, sob inspiração americana, registrando a presença do *learning by doing*.

Em 1920-1921 acontece, em São Paulo, a Reforma Sampaio Dória. Pela repercussão obtida, o governador do Ceará, Justiniano Serpa, solicita ao de São Paulo, Washington Luiz, a colaboração de um educador paulista para reformular a educação naquele estado: Lourenço Filho é enviado para esse fim e elabora a reforma entre 1922-1923. A da Bahia, realizada por Anísio Teixeira, acontece em 1924. No Rio de Janeiro, à época Distrito Federal, verifica-se, entre 1922-1926, a de Carneiro Leão, então diretor-geral da Instrução Pública. No seu discurso de posse, afirma ele que o projeto que havia elaborado para a educação no Distrito Federal deveria servir de modelo para toda a República Brasileira e referência para o nosso progresso pedagógico e cultural. Seu sucessor, Fernando de Azevedo, entre 1927 e 1931, promove, mais uma vez, uma reforma educacional no então Distrito Federal, e, em seguida, vem a de Anísio Teixeira, entre 1931 e 1935. No Rio Grande do Norte, José Augusto Bezerra de Menezes é o autor da reforma educacional, entre os anos de 1925 e 1928. Finalmente, a pernambucana, em 1928, efetivada por Antônio de Arruda Carneiro Leão.

Tais reformas atendiam a um forte apelo, a um verdadeiro clamor, então existente, de modernização da sociedade brasileira. O livro *À margem da História da República* (apud Nunes, 1996), elaborado por um grupo de jovens intelectuais, em 1929, entre os quais Carneiro Leão, expressa a frustração dos seus autores e o desejo de mudança para o país. Partem do suposto da ausência do povo e da necessidade da sua construção por intermédio de uma república educadora. Era imperioso republicanizar a República, e a educação era considerada o instrumento adequado. Obviamente, não uma educação qualquer, mas aquela que

viesses responder às exigências de uma nova sociedade, de formato industrial, urbano, em evolução para uma democracia social e econômica. Importante era a unificação de ideais e objetivos a serem atendidos pelo sistema educacional, em âmbito nacional, por uma política traçada pelas elites governantes. O ideal democrático valorizava o ensino profissional. E o liberal acenava para a mobilidade social via escola, defendendo o lema *educação para todos* como instrumento viabilizador da ascensão social, tornando possível, pela escola, uma sociedade aberta. Salientemos que, no escolanovismo, está também presente o princípio de igualdade e oportunidade para todos. A educação deveria tornar o povo brasileiro uma força criadora.

Pela afinidade com esses ideais, todas as reformas se pautaram pelos princípios da Escola Nova, movimento pedagógico que surgiu na Inglaterra (pátria da Revolução Industrial), no século XIX. É interessante constatar, também, seu parentesco com os princípios proclamados pela Revolução Francesa quanto aos ideais de escola pública: universalidade, obrigatoriedade, laicidade, gratuidade.

Os grandes mentores da Escola Nova, críticos ferrenhos da escola tradicional, respaldados no desenvolvimento das ciências biológicas e psicológicas, estabeleceram um conjunto de regras das quais se destacam: a supremacia dos métodos ativos, a preocupação com a criança e sua interação com a sociedade, a ênfase no aprender fazendo (o famoso *learning by doing*), o apelo ao trabalho individual, baseado no interesse, e a iniciação da criança no mundo do trabalho.

Dos valores que davam respaldo a esse conjunto de idéias e ideais perseguidos pela elite de então – explicitados ao longo da obra de Carneiro Leão, e presentes na *Justificação* (Carneiro Leão, 1929b) dirigida ao secretário da Justiça e Negócios Interiores do Estado de Pernambuco, Gennaro Guimarães, em dezembro de 1928, bem como no texto da própria Reforma –, destaca-se a apologia do novo, que caracterizou a obra de importantes educadores nos anos de 1920 e 1930. O momento histórico era marcado, igualmente, pela absorção de valores culturais europeus e norte-americanos pós-1ª Guerra Mundial, conduzindo ao fomento à indústria nacional, a um novo estágio do capitalismo, à imigração, à

identificação com o positivismo. Tal ideário marcou profundamente o Brasil, aportando na Faculdade de Direito do Recife, pela *Escola do Recife*, produto do positivismo aplicado ao Direito, no final do século XIX. Carneiro Leão, nascido em 1887, forma-se na Faculdade de Direito do Recife em 1911. Celso Kelly (1966, pp. 3-4) o considerava um *autêntico fruto da Escola do Recife*, que se caracterizou pela reação à visão projetada da sociedade e do Direito, do dever-ser idealizado católico, no entender de Joaquim Falcão (1984, p. 184).

As correntes de idéias que se difundiam pela Europa chegaram vigorosamente ao nosso país, interferindo na nossa vida econômica, política, social, educacional. Junto com o positivismo, vieram o evolucionismo, as teorias raciais, conduzindo à justificativa da eugenia. Duas das disciplinas introduzidas pela Reforma Carneiro Leão para o ensino normal, Inglês e Sociologia, são vistas por ele como auxiliares da atenção que deveria ser dispensada à eugenia. Assim é que, justificando a adoção da língua inglesa, afirma Carneiro Leão (1929a):

As medidas de inteligência, o esforço pela generalização de uma consciência segura do valor indiscutível da eugenia no meio escolar, as experimentações sociais, as experiências pedagógicas, os ensaios de métodos novos, as mil e uma investigações que se estão realizando, em grande parte com êxito, devem ser conhecidas do professorado brasileiro. E como consegui-lo se a língua inglesa continua vedada ao magistério primário?

A sociologia, que teve em Gilberto Freyre seu primeiro professor, viria proporcionar a conscientização dos grandes problemas da sociedade, alertando os jovens quanto à importância dos exames pré-nupciais, a proibição do alcoolismo, a propaganda da eugenia, o combate à ociosidade, tal como proclama o nosso reformador, textualmente.

Na entrevista que me concedeu, em setembro de 1985, contou-me Gilberto Freyre que havia dado ao ensino de Sociologia uma visão, um caráter inteiramente novo de pesquisa de campo, escandalizando a conservadora sociedade pernambucana, ao sair com suas alunas da Escola Normal pelos bairros do Recife, ele um jovem professor. Realizavam

inquirições das quais resultaram a implantação de parques públicos, playgrounds, como preferia chamar, destinados ao lazer. Destacou o pioneirismo de tal empreendimento, pois, no seu entender, constituía-se uma inovação de notável alcance social, vez que visava dar às crianças todas, crianças ricas, crianças pobres, da classe média, dos dois sexos, adolescentes, a oportunidade de brincarem juntos, uma grande novidade para a época.

Foram promovidas também excursões ao interior do Estado, para as quais eram alugados automóveis a fim de conduzir as normalistas com os seus professores, dada a precariedade dos transportes públicos para aqueles municípios. Refere-se ainda Gilberto Freyre aos inqueritos que as alunas faziam sobre os mais diversos temas, tais como: *O que é o Ginásio Pernambucano?*, *Quais são as faculdades que existem no Recife?* Enfim, diversos assuntos indicados pelo professor, realizações essas, no seu vaidoso entender, que se constituíam um pioneirismo pernambucano, pois, conforme me declarou, não havia nada disso então, no Rio, São Paulo ou Minas Gerais.

Vale referir uma série de acontecimentos ocorridos no país pelos anos de 1910, como a Liga Contra o Analfabetismo, criada no Clube Militar do Rio de Janeiro, e a de Defesa Nacional, ambas em 1915, a Liga Nacionalista, fundada em São Paulo, em 1916, com forte conotação nacionalista, incluindo reivindicações relativas à instrução popular. Foram essas iniciativas amplamente louvadas por Carneiro Leão, embora fosse ele possuidor de forte ambigüidade entre o nacional e o estrangeiro.

No livro *Educação*, 1909, Carneiro Leão alude à conferência que pronunciou no Primeiro Congresso Brasileiro de Estudantes, em 1909, referindo-se às nossas raízes étnicas:... *E assim, de um fusionamento tal, de incolos na idade da pedra, de negros na idade do bronze e brancos degenerados, só um resultado medíocre poderíamos lograr.*

Mas, no seu entender, a educação, sobretudo a cívica e aquela de caráter profissionalizante, viria neutralizar a carga nociva e vergonhosa advinda das nossas origens raciais, minimizando essa herança danosa.

É oportuno advertir que os valores atribuídos às idéias não têm conotação absoluta, são relativos ao tempo/espaço onde ocorrem.

Ainda voltando aos acontecimentos que sobressaem, no contexto brasileiro dos anos de 1920 e 1930, do ponto de vista político e cultural, e que contribuíram para o estabelecimento de um clima de mudança e transformação, destaquemos: a criação e a atuação marcante da Associação Brasileira de Educação (ABE), com suas Conferências Brasileiras de Educação (em 1927, Miguel Couto discursa sobre o tema *No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo*); a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, em 1922; o Tenentismo, o Movimento Regionalista de 1926, liderado por Gilberto Freyre, a fundação do Partido Comunista, em 1922.

Os festejos do Centenário da Independência mobilizaram enormemente o país, seus políticos, governantes e os intelectuais. O presidente Epitácio Pessoa discursa pelo rádio – inaugurando a radiotransmissão oficial no Brasil –, veículo de comunicação que vem a ser bastante valorizado pelos escolanovistas, e, juntamente com o cinema educativo, adotado pela Reforma Carneiro Leão.

É importante lembrar que, já no livro *Educação*, de 1909, Carneiro Leão inclui um plano de instrução popular para o estado de Pernambuco, similar, nas suas grandes linhas, à reforma, a qual, só em 1928, às vésperas da Revolução de 1930 – com uma nova ordem social emergindo, gerando diferentes necessidades profissionais, contando com a vontade política e com a adesão, pela afinidade de idéias e propósitos com o plano apresentado, do governador Estácio Coimbra –, encontra terreno propício para florescer. E faz-se realidade, embora, por uma série de circunstâncias, efêmera.

Há algo significativo a mencionar: em conferência pronunciada no Rio de Janeiro, na ABE, pouco após a promulgação da reforma, afirma Carneiro Leão (1929b) que:

Pernambuco devia a seu passado uma reforma radical da sua instrução pública. Até agora as forças econômicas que atuam implacavelmente, sem preocupação de justiça, haviam retardado essa obra, devida a um dos mais importantes Estados do Brasil.

A quem estaria se referindo Carneiro Leão? À oligarquia canavieira pernambucana, aos proprietários pernambucanos do açúcar? A ela pertencia Estácio Coimbra, sobre quem, a propósito, declara o reformador, dizendo-se consciente da dificuldade de semelhante empreendimento:

Ao contacto, porém, daquele que o inspirava, de sua convicção ardente, de sua vontade, de sua cultura, eu pressentia a realização. O Sr. Estácio Coimbra desejava que a reforma fosse uma realidade ativa, inspirada nos métodos modernos e nos ideais mais altos... Basta evocar as formosas palavras com que ele, ainda candidato ao Governo do Estado, traçava a sua concepção de uma reforma de ensino: “Simultaneamente com o aperfeiçoamento econômico”, diz o Sr. Estácio Coimbra, na sua plataforma, “impõe-se a valorização do homem, pois a melhor condição de trabalho nos campos, nos balcões, nas oficinas e nas fábricas não será elemento poderoso de vigor e de vitória para o organismo social, se o indivíduo se conserva ignorante e incapaz, como uma partícula inconsciente na elaboração do progresso humano” [Carneiro Leão 1929b].

Para elaborar a reforma, Carneiro Leão visitou as escolas da capital e grande parte das existentes no sertão. A partir do que observou, redigiu a *Justificação*, incluída no documento *Organização da Educação em Pernambuco*: justificação, lei orgânica, explicações e comentários, opiniões de associações e da imprensa, publicado pela Imprensa Oficial do Estado, em 1929 (pp. 5-33).

Uma das coisas que mais o impressionou foi a falta de assistência e apoio ao professorado. Os inspetores faziam apenas a fiscalização de ordem administrativa. E, no Interior, esse papel era desempenhado pelo promotor de Justiça.

O ensino primário durava quatro anos, e o ingresso na Escola Normal era feito aos onze, doze anos, desde que se demonstrasse idade mental de treze anos.

Redigido de forma clara e precisa, o texto da reforma apresenta 27 títulos, 61 capítulos, 424 artigos, deixando patente o propósito do seu autor de instituir um rigoroso controle de todos os aspectos do sistema

educacional em Pernambuco, incluindo a tabela de vencimentos de todo o pessoal integrante do quadro de educação do estado. E deixando claro, em última instância, um projeto de nação.

Entre os elementos presentes à reforma, além do cuidado com a modernização, podemos nomear:

- a) a racionalidade, traduzida pela forma adotada para organizar o sistema educacional, visando a assegurar a qualidade, a eficiência e a eficácia, mediadas pela introdução dos métodos ativos e pela segurança do bom funcionamento da Diretoria Técnica de Educação, órgão criado com o fim de superintender, dirigir e orientar tudo o que se referir à parte técnica da Educação;
- b) o cientificismo do ensino, da atividade escolar, aliado da modernização, da preocupação de estar absolutamente em dia com as últimas novidades dos *centros mais avançados*;
- c) os cuidados com a saúde dos que integravam o aparelho estatal escolar, sobretudo os alunos, que a educação física – em moldes científicos, praticada diariamente – viria, senão afiançar, pelo menos concorrer para melhorar, aqui incluída a higiene (permeia o documento da reforma a preocupação com o aprimoramento da raça, a boa aparência das pessoas, a eugenia, a vitalidade);
- d) o controle exercido em todos os níveis do sistema escolar: os livros adotados, os adquiridos para as bibliotecas, o prédio, o currículo, o método de ensino, as nomeações de docentes e diretores, a obrigatoriedade de frequência à escola, os discursos e pronunciamentos feitos nos estabelecimentos de ensino, e até mesmo a exigência de autorização para os professores gozarem férias fora da capital ou do estado.

Mas, o ponto central, o núcleo da reforma localiza-se na qualificação profissional, em função da qual gravitam todos os outros, como que a servirem de suporte, de apoio para a sua efetivação. Aparece na justificação e no ato n. 1.239, de 1928, bem como em livros de Carneiro Leão e na Plataforma de Estácio Coimbra, quando candidato ao governo.

Na realidade, até a introdução – grandemente defendida e destacada – de novos métodos desde o jardim de infância e classes primárias, a ênfase nas *manualidades* guarda coerência com os propósitos de formação de mão-de-obra qualificada.

Essas constatações nos levam à evidência de um pensamento perversamente maniqueísta que acompanha o nascimento histórico da escola, concebida liberal para os privilegiados da sociedade e profissional para o imenso contingente da população menos favorecida. Questão complexa, não desconhecemos...

A reforma possui inúmeros aspectos positivos. Mencionaremos alguns deles: a preocupação com a expansão da escolaridade; a revitalização da carreira de professor; o estabelecimento da licença-maternidade, da jubilação, da licença-prêmio para os professores e técnicos de educação; a melhoria da qualidade do ensino; a criação da Diretoria Técnica de Educação; o aumento da duração da escola primária; a elevação da idade para ingresso na Escola Normal; o desdobramento do curso Normal em dois: geral e profissional; a criação dos cursos de férias e de aperfeiçoamento, nos quais os professores do Interior e da Capital, respectivamente, teriam a chance de rever e atualizar os seus conhecimentos profissionais; a criação da Escola Normal Superior, da Escola de Aplicação, da Biblioteca do Professor, do Museu Pedagógico; o incremento do ensino de música, e, até mesmo, a adoção de medidas de amparo aos alunos mais pobres, com o estabelecimento da assistência escolar, compreendendo o fundo escolar, as caixas escolares e as ligas de bondade, assistências médica e dentária, diárias para os alunos das escolas técnico-profissionais.

Para a execução da reforma, coerentemente com a admiração de Carneiro Leão por São Paulo e pelo vanguardismo de sua educação, era imprescindível a vinda de educadores paulistas. Das diversas viagens realizadas para aquele estado, ainda nos anos de 1910, quando estudante de direito, existem inumeráveis registros nos seus livros, bem como no texto da Justificativa da Reforma, reveladores da forte e favorável impressão que tais visitas lhe causaram, influenciando-o de maneira definitiva e provocando apaixonados elogios.

Alguns exemplos podem ser encontrados no seu *O Brazil e a educação popular*:

A ação fecunda da educação paulista foi hipnótica sobre o meu espírito. E felizes os que, vendo e compreendendo o futuro magnífico que aqui se elabora, sofrem o influxo de São Paulo, porque esses terão um surto novo na sua vida, uma nova diretriz no seu destino.

Ou convidam-se educadores de São Paulo para que criem a educação popular brasileira, ou ter-se-á de mandar à América do Norte, à Inglaterra ou à Suíça, os nossos mestres, para estudarem e adaptarem, nos seus Estados, o que de interessante e facilmente aplicável encontrarem no estrangeiro [Carneiro Leão, 1918, p. 20].

Dessa forma, contando com a colaboração do governador de São Paulo, Júlio Prestes, do seu secretário do Interior, Fábio Barreto, e do diretor da Instrução, Amadeu Mendes, promove-se a vinda para o Recife dos professores José Ribeiro Escobar, sua mulher Philomena Bernardes Escobar, José Scaramelli, Paschoal Montesano Salgado e Fabiano Losano. José Ribeiro Escobar, professor de Matemática da Escola Normal de São Paulo, considerado um educador competente, comprometido com as inovações pedagógicas do ensino normal paulista, é designado diretor técnico de Educação; Philomena Bernardes Escobar, diretora da Escola Técnico-Profissional Feminina; José Scaramelli, professor da cadeira de Didática da Escola Normal Oficial de Pernambuco, função acumulada com a de diretor da Escola de Aplicação, como preconizava a reforma.

Paschoal Montesano Salgado, então diretor da Escola Técnico-Profissional de Franca, é nomeado diretor da Escola Técnico-Profissional Masculina, e o maestro Fabiano Losano, mencionado como um destacado renovador no ensino da música nas escolas primárias de São Paulo, é encarregado de conduzir a educação musical.

José Ribeiro Escobar, empenhado na preparação pedagógica dos profissionais da educação pernambucana, publica *Educação Nova* e assim se manifesta, na sua introdução:

Para orientar o professorado pernambucano, estimei os colegas a publicarem livros didáticos modernos e eu mesmo escrevi muitos, dos quais estão publicados: ‘Planos de aula de aritmética’, com 46 páginas; ‘Programa do Curso Primário, com planos metodológicos’, com 262 páginas; ‘Ensino de Didática’, com 144 páginas; ‘Ensino das Frações’, com 141 páginas; e ‘Educação Nova’, com 104 páginas.

Este último livro é apenas uma reunião de trabalhos esparsos para fixar várias informações, dadas nas sessões pedagógicas de inspetores e diretores, as quais instituí, duas vezes por semana, na Diretoria Técnica de Educação.

Doutrinando incessantemente e realizando as idéias mais insinuantes, preparo a transição para Pernambuco, dignamente, executar a educação nova, sonhada por John Dewey em ‘School and Society’ (1899); ‘The child and the curriculum’, ‘Moral Principles in Education’, ‘Interest and Effort in Education’, ‘Democracy and Education’.

A realização sincera destes ideais pedagógicos, que a consciência de todo educador escrupuloso deve apressar, será uma glória para o Brasil, porque uma felicidade para a infância brasileira.

Em consciência não sei dizer quando aprendi mais, se nos quarenta minutos durante os quais visitei a granja Windsor, se nos cinco anos da Escola de Direito. Todo trabalho do professor só tem um fim – fazer o aluno trabalhar. A educação vem pelos músculos [Escobar, 1930].

A despeito do empenho demonstrado pelos paulistas na sua nova missão, as coisas não se passaram de forma tão tranqüila e construtiva como desejavam os idealizadores da reforma e os seus executores, que se defrontavam com grandes dificuldades para a sua realização.

Aliada ao fato de o momento histórico não ser favorável à sustentação política do Governo Estácio Coimbra, além da falta de envolvimento/comprometimento com a reforma, dos integrantes do sistema educacional, obrigados a aceitar uma equipe vinda de São Paulo, encontra-se a escassez de recursos financeiros, apesar da promessa feita pelo governador a Escobar, persuadido a assumir a Diretoria Técnica de Educação porque a verba seria elevada.

A maneira como foi conduzida a nova disciplina Anatomia e Fi-

siologia Humanas praticamente inviabilizou o êxito da implantação da reforma. Criou uma enorme polêmica, um verdadeiro escândalo na conservadora sociedade pernambucana, em setores expressivos da Igreja Católica e da imprensa. É que, fiel ao experimentalismo, atribuindo à execução da reforma um caráter pragmático, introduz elementos de educação sexual na matéria Anatomia e Fisiologia Humanas, assunto controvertido e inviável numa escola pública pernambucana dos anos de 1920, constituindo-se um verdadeiro impasse.

Ademais, as aulas práticas eram realizadas na Fazenda Modelo, no subúrbio recifense de Tegipió, dando margem a veementes protestos e indignações, paralelamente a modinhas bastante jocosas que as meninas da Escola Normal, com o seu tradicional uniforme azul e branco, cantaram, em passeata dirigida ao Palácio do Governo, com a música da canção popular *Gosto que me enrosco*, em voga na época, como registra Waldemar Valente:

Dizem que o programa da Normal tem coisas que eu não posso acreditar; que tem sapos, minhocas e lagartixas e como o rato faz pra se casar. Gosto que me enrosco de pensar só no que lá em casa vai dizer vovó quando a Ziza contar tudo o que viu e que assistiu lá em Tegipió [Valente, 1973].

O governador cuidou, habilidosamente, de dissolver a passeata. Mas, não pôde responder por todo um clima de hostilidade ao seu governo, aos executores da reforma, às críticas endossadas pelo seu amigo e colaborador Gilberto Freyre, que considerava Escobar e Scaramelli uns desastrosos, *bobalhões em atividade, matutões* importados de São Paulo (embora ressaltando tratar-se de bons técnicos), desaguando num impasse incontornável. Declinando do convite feito pelo governador para aceitar o cargo de diretor do Ensino Normal, com vistas a dirigir do alto a execução da reforma, Gilberto Freyre sugere que o amigo Estácio Coimbra traga do Rio de Janeiro, para a direção suprema da reforma, o próprio reformador.

As críticas não se limitaram, apenas, à provinciana cidade do Recife. Gilberto Freyre comenta, conversando com seu diário:

Recife, 1929

Que dizer a V., amigo diário, da Reforma Carneiro Leão de ensino da qual tanto se está falando nos jornais do Recife, do Rio e até nos dos Jesuítas de Paris, que a combatem? É inteligente no seu modo de ser modernizante. Revolucionariamente modernizante. Tem certos aspectos mais que modernizantes: modernistas, que me repugnam. Enfaticamente modernistas para uma província, como é Pernambuco, como toda província apegada a convenções. Direi, como homenagem ao seu valor e restrição ao seu método, que é uma espécie de Semana de Arte Moderna – o Modernismo – de São Paulo, 1922, em termos pedagógicos. Vai ter, no ensino brasileiro, uma atuação semelhante à que o Modernismo teve nas artes e nas letras. Porque do Recife repercutiria noutros pontos do país. A oposição está sendo violenta. É, em parte, de politicóides inimigos de Estácio. Mas também dos Padres Jesuítas do Recife, que conseguiram associar a sua hostilidade de ultraconservadores a uma reforma que não pode ser considerada anticatólica, ou seus superiores intelectuais, mas no caso, mal informados, de La Croix, os Jesuítas de Paris. Está se dizendo contra a Reforma e contra o seu principal executor, o Professor José Escobar, trazido de São Paulo, muita coisa falsa: ou maliciosamente inexata. O casal Escobar foi mal escolhido pelo Carneiro Leão para a delicadíssima missão. São do interior de São Paulo. Falta-lhes, além de traquejo social, tato. Afinal Pernambuco é Pernambuco. Bons técnicos, eles são. Mas com essas deficiências. São uns matutões do interior [Freyre, 1975].

Por outro lado, o Padre Montenegro, nos sermões durante as missas dominicais celebradas na Matriz da Boa Vista –, bairro do Recife àquela época habitado, em boa parte, pela elite local –, contando com grande afluência de fiéis, era enfático ao condenar as ousadas inovações introduzidas pela reforma.

Atendendo ao convite do governador pernambucano, Carneiro Leão ocupa o cargo de secretário da Justiça e Negócios Interiores do Estado de Pernambuco, estando aí incluída a responsabilidade pela educação, de setembro de 1929 a setembro do ano seguinte, quando volta para o Rio de Janeiro.

A reforma teve duração efêmera em razão dos acontecimentos de 30 e da queda do Governo Coimbra. Contudo, várias iniciativas foram concretizadas: a implantação da Diretoria Técnica de Educação, das Escolas Técnicas Profissionais Feminina e Masculina, da Escola de Aplicação, nos moldes preconizados pela Reforma, dos cursos de férias; a utilização dos métodos ativos, da nova estrutura curricular proposta para a Escola Normal.

A título de ilustração, reporto-me aos depoimentos de dois dos meus entrevistados. Uma delas, professora primária no alto sertão de Pernambuco, me informou ter freqüentado, com grande proveito, o Curso de Férias na Capital, no ano de 1929. Outro, aluno da quinta série primária no grupo escolar Amaury de Medeiros, no Recife, em 1929, estabelecimento de ensino que teve atuação destacada nas inovações introduzidas pela Escola Nova, deu-me conta de fatos demonstrativos de tais novidades: o caráter lúdico dado às aulas de educação física, para onde as crianças se dirigiam cantando canções alusivas àquela atividade escolar; os *chás* promovidos entre as diversas séries da escola, quando uma turma convidava a outra, como parte da preocupação com a sociabilidade, com o aprimoramento do traquejo social; a ênfase dada, nas aulas de Português ao poeta Olavo Bilac e à feição alegre e dinâmica imprimida ao ensino em geral.

Barbosa (1982, p. 94) diz-nos: “...José Scaramelli, no seu livro sobre a Reforma Educacional em Pernambuco, refere-se diretamente a Dewey como o inspirador do sistema de educação da Reforma no Estado de Pernambuco”. Adiante, à p. 98, Barbosa (1982) refere-se ao entusiasmo de Scaramelli, que julgava excelente o ensino na Escola Normal de Pernambuco.

Finalmente, transcreve o que aquele educador considerara *uma aula tão maravilhosa* que só poderia *dar uma pálida descrição dele*. Eis as palavras de Scaramelli:

Apresentarei a largos traços, para exemplificar, uma aula-modelo sobre peixes dada na Escola de Aplicação, anexa a Escola Normal Oficial do Recife, pela professora senhorita Maria Cavalcanti de Albuquerque Maranhão, uma de minhas mais brilhantes colaboradoras, quando me coube a honra de

dirigir a referida Escola de Aplicação e de organizá-la de conformidade com os princípios da Escola Nova.

Se me não assaltasse o receio de me acoimarem de imodéstia, porque fui nisso mínima parte, com certeza a menos valiosa – receio terrível que me há refreado, na vida, constantemente, o anseio de voar -, ousaria afirmar que talvez se tivesse realizado, naquele casarão secular da praça 13 de Maio, no Recife, o mais sério ensaio de Escola Nova que se operou até esta data no Brasil.

Com a Revolução de 1930, aparentemente grandes mudanças ocorrem no sistema educacional do estado. Seus condutores, mediante atos do sr. interventor Carlos de Lima Cavalcanti, procedem a modificações na equipe de educação do estado.

Pelo ato n. 1, de 6 de outubro de 1930, é nomeado o dr. Arthur de Souza Marinho para exercer, em comissão, o cargo de secretário da Justiça e Negócios Interiores, em substituição ao dr. Gennaro Guimarães, que voltara a ocupar aquele posto após o retorno de Carneiro Leão para o Rio de Janeiro. Na mesma data, pelo ato n. 10, é nomeado o dr. Luiz de Barros Freire para diretor da Educação Normal e, pelo ato n. 35, de 14/10/1930, é determinado que este exerça, também, provisoriamente, as funções de diretor técnico de Educação.

Pelo ato n. 29, de 13/10/1930, são exonerados os professores que vieram de São Paulo para a execução da reforma.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, M. C. de A. Antônio de Arruda Carneiro Leão. In: FÁVERO, M. de L. de A.; BRITTO, J. de M. (orgs.). *Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: UFRJ: MEC-INEP, 1999. p. 65-73.

_____. *A Escola Nova em Pernambuco: educação e modernidade*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002. (Col. Capibaribe, 1.)

_____. *Antônio de Arruda Carneiro Leão*. In: FÁVERO, M. de L. de A.; BRITTO, J. de M. (orgs.). *Dicionário de educadores no Brasil: da colônia*

aos dias atuais. 2. ed. aum. Rio de Janeiro: UFRJ/MEC- INEP/COMPED, 2002. p. 114-122.

BARBOSA, A. M. *Recorte e colagem: influências de John Dewey no ensino da arte no Brasil*. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982. (Col. Educação Contemporânea.)

CARNEIRO LEÃO, A. *O Brasil e a educação popular*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1918. (Discursos e conferências proferidas em 1915 e 1916 no Rio de Janeiro e São Paulo.)

_____. *Educação*. Recife: Imp. Industrial, 1909.

_____. Justificação apresentada ao Exc. Sr. Dr. Gennaro Guimarães, secretário da Justiça e Negócios Interiores, em dezembro de 1928. In: PERNAMBUCO. Governo do Estado. *Organização da educação no Estado de Pernambuco: justificação, lei organica, explicações e commentarios, opinião de associações e da imprensa*. Recife: Imprensa Official, 1929a. p. 7-33.

_____. A reforma da educação em Pernambuco: conferência proferida pelo Sr. Antonio Carneiro Leão, na Associação Brasileira de Educação, em 26/4/1929. In: PERNAMBUCO. Governo do Estado. *Organização da educação no Estado de Pernambuco: justificação, lei organica, explicações e commentarios, opinião de associações e da imprensa*. Recife: Imprensa Official, 1929b. p. 161-162. (Publicado em *O Paiz*, 26 abr. 1929.)

ESCOBAR, J. R. *Educação nova*. Recife: Directoria Technica de Educação, 1930.

FALCÃO, J. *Os advogados: ensino jurídico e mercado de trabalho*. Recife: Mas-sangana, 1984. (Estudos e pesquisas, 34.)

FÁVERO, M. de L. de A.; BRITTO, J. de M. (orgs.). *Dicionário de educadores no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MEC-INEP, 2002.

FREYRE, G. *Tempo morto e outros tempos: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade 1915-1930*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

KELLY, C. Pioneiro até os oitenta anos: homenagem prestada a Antônio Carneiro Leão. *Educação*, Rio de Janeiro, n. 3/4, dez. 1966.

NUNES, C. Cultura escolar, modernidade pedagógica e política educacional no espaço urbano carioca. In: HERSCHMANN, M.; KROPF, S.; NUNES, C. *Missionários*

do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro – 1870-1937. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

PERNAMBUCO (Estado). *Organização da educação no Estado de Pernambuco: justificção, lei orgânica, explicação e comentários, opinião de associações e da imprensa*. Recife: Imprensa Oficial, 1929.

VALENTE, W. A reforma de Carneiro Leão e a sociologia na Escola Normal de Pernambuco. In: FREYRE, G. et al. *Estácio Coimbra: homem representativo do seu meio e do seu tempo*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1973. p. 44-64.

Endereço para correspondência:

Cristina Araújo
Res. Osman Loureiro, 77, quadra D6
Clima Bom – Maceió-AL
CEP 57071-330

Recebido em: 1 dez. 2006

Aprovado em: 20 maio 2008

Nota: Outras informações e análises mais aprofundadas sobre a Reforma Carneiro Leão encontram-se no meu livro *A Escola Nova em Pernambuco: educação e modernidade*, resultante da minha dissertação de mestrado, defendida em 1987, na UFPE, bem como no verbete monográfico, de minha autoria, sobre Antônio de Arruda Carneiro Leão que integra o *Dicionário de Educadores do Brasil* (Fávero & Britto, 2002).